**LEI Nº 2.585
DE 02 DE DEZEMBRO DE 2008**

**DÁ NOVA DISCIPLINA AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOÃO PAULO TAVARES PAPA, Prefeito Municipal de Santos, faço saber que a Câmara Municipal aprovou em sessão realizada em 10 de novembro de 2008 e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI Nº 2.585

**CAPÍTULO I
DA NATUREZA E FINALIDADE**

Art. 1º - O Fundo Municipal de Assistência Social, criado pela Lei Municipal nº 1.374, de 27 de dezembro de 1994, e vinculado ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, na forma que dispõe a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a ser regido por esta lei.

Parágrafo único - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS é responsável pelo acompanhamento, controle e fiscalização do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - O Fundo Municipal de Assistência Social tem o objetivo de financiar o conjunto de ações de proteção social aprovadas, controladas e fiscalizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e definidas na Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, compreendendo:

I – Serviços: atividades continuadas, que visam à melhoria da vida da população e cujas ações sejam voltadas para as necessidades básicas da população;

II – Programas de Assistência Social: ações integradas e complementares, com objetivos, tempo e área de abrangência definidos, para qualificar, incentivar, potencializar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais;

III – Projetos de Enfrentamento da Pobreza: investimentos econômico-sociais nos grupos populacionais em situação de pobreza, buscando subsidiar, técnica e financeiramente, iniciativas que lhes garantam meios e capacidades produtivas e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida e organização social, articuladamente com as demais Políticas Públicas;

IV – Benefícios: visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal **per capita** seja inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo;

V - Transferências de Renda: programas que visam ao repasse direto de recursos dos Fundos de Assistência Social aos beneficiários, como forma de acesso à renda, visando ao combate à fome, à pobreza e a outras formas de privação de direitos que levem à situação de vulnerabilidade social, criando possibilidades para a emancipação, o exercício da autonomia das famílias e indivíduos atendidos e o desenvolvimento local.

Parágrafo único - Além daqueles benefícios previstos no inciso IV deste artigo, poderão ser estabelecidos outros, visando atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública.

**CAPÍTULO II
DA OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO**

Art. 3º - Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS aprovar o financiamento, através de recursos do Fundo, dos serviços, programas, projetos,

benefícios e transferências de renda, observando os objetivos, princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, o Plano Municipal de Assistência Social e o impacto social no Município.

§ 1º - A autorização para aplicação de recursos do Fundo em outros tipos de programas, que não os estabelecidos no artigo 2º desta lei, dependerá de estudo e deliberação por maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

§ 2º - Serão custeadas ações da iniciativa pública e da sociedade representada pelas entidades sócio-assistenciais devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

§ 3º - O Fundo custeará ações sócio-assistenciais da rede pública e privada, sendo vedada a destinação de recursos a ações vinculadas a outras Políticas Públicas.

§ 4º - Os representantes das entidades sócio-assistenciais não terão direito a voto em deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS que versem sobre o repasse de recursos dos quais sejam destinatários.

Art. 4º - Cabe ao Órgão Executivo Municipal gerir o Fundo Municipal de Assistência Social, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Parágrafo único - Para os fins desta lei, entende-se como “Órgão Executivo Municipal” aquele definido em lei reguladora da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Santos como responsável pela formulação, coordenação e execução da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 5º - O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS emitirá parecer sobre a proposta orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social, bem como sobre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no que respeitam à Política de Assistência Social, até a data limite estipulada no decreto municipal de elaboração das peças orçamentárias expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º - Fundo Municipal de Assistência Social integrará o orçamento do Órgão Executivo Municipal.

Art. 7º - Compete ao Secretário do Órgão Executivo Municipal:

I - apresentar, anualmente, ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS o orçamento aprovado pela Câmara Municipal para a Política de Assistência Social e para o Fundo;

II - coordenar a execução dos recursos do Fundo, de acordo com a política nacional, o plano municipal e o orçamento aprovado pela Câmara Municipal;

III - apresentar as contas e os Relatórios de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo, para apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, trimestralmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica;

IV - apresentar os balanços do Fundo, com assinatura de técnico habilitado, para apreciação e parecer do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, e providenciar a posterior publicação;

V - adotar todas as medidas estabelecidas em lei e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para a administração financeira do Fundo;

VI - dar cumprimento às obrigações definidas em acordos, convênios, subvenções, contratos, ajustes ou outros instrumentos legais firmados pela Prefeitura Municipal de Santos que digam respeito à Política Municipal de Assistência Social e ao Fundo Municipal de Assistência Social;

VII - solicitar ao órgão competente a formalização de termos de convênios ou instrumentos congêneres para o repasse dos recursos do Fundo;

VIII - aplicar nos serviços, projetos, programas públicos, incluindo-se os benefícios e as transferências de renda, os recursos do Fundo, conforme resolução do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

IX - apresentar os relatórios físico-financeiros dos repasses do Fundo às

organizações não governamentais e à rede sócio-assistencial do Poder Público;

X - encaminhar ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS os pareceres sobre a correta aplicação dos recursos do Fundo, conforme os Planos de Aplicação aprovados para os serviços, projetos, programas, benefícios e transferências de renda;

XI - executar outras funções conforme o que determinarem as Normas Operacionais Básicas - NOB, as orientações dos Tribunais de Contas da União e do Estado e outras deliberações dos Conselhos de Assistência Social Nacional, Estadual e Municipal.

CAPÍTULO III DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 8º - O financiamento dos benefícios, transferências de renda, serviços, programas e projetos estabelecidos nesta lei far-se-á com recursos da União, do Estado, do Município e das demais contribuições sociais previstas no artigo 195 da Constituição Federal, que compõem o Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 9º - A transferência de recursos para organizações governamentais e não governamentais de assistência social se processará mediante convênios, contratos, acordos e/ou ajustes congêneres, obedecida a legislação vigente sobre a matéria e em conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo, por intermédio do Órgão Executivo Municipal, autorizado a:

I - celebrar convênios com entidades sócio-assistenciais e organismos federais, estaduais, municipais, internacionais e privados, que envolvam a transferência de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para assegurar o co-financiamento da rede de serviços, projetos e programas, bem como captar outros recursos destinados ao investimento e custeio das ações sócio-assistenciais, desde que previamente aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

II - repassar benefícios e transferências de renda de forma direta aos seus destinatários.

Art. 11 - A despesa do Fundo Municipal de Assistência Social constituir-se-á do financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços constantes do plano de aplicação, repasse de benefícios e transferências de renda diretamente a seus destinatários, bem como aplicação de recursos em outros programas que venham a ser definidos, nos termos do §1º do artigo 3º desta lei.

Art. 12 - É vedada a aplicação de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social na manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 13 - O Órgão Executivo Municipal efetuará o controle e a fiscalização do repasse aos destinatários, com acompanhamento, avaliação e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 14 - Constituem receitas do Fundo:

I - créditos orçamentários e adicionais que lhe forem destinados e os saldos dos exercícios anteriores;

II - doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, que venha a receber de organismos e entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras, bem como de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras;

III - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo realizadas na forma da lei;

IV - recursos financeiros do Estado, destinados à manutenção do pagamento do auxílio natalidade e funeral;

V - doações, auxílios, contribuições e transferências de organizações governamentais e não governamentais;

VI - transferências de recursos financeiros oriundos dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

VII - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

Art. 15 - Os recursos destinados ao Fundo serão contabilizados como receita orçamentária e a ele alocados através de dotações consignadas, anualmente, na lei orçamentária ou de créditos adicionais, obedecendo, a sua aplicação, às normas gerais de direito financeiro.

Art. 16 - A movimentação dos recursos do Fundo será efetuada através de conta específica em banco oficial.

Art. 17 - O saldo financeiro do exercício apurado em balanço será utilizado em exercício subsequente e incorporado ao orçamento do Fundo a título de **superávit**.

CAPÍTULO IV DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 18 - Compete ao Órgão Executivo Municipal apresentar ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS:

I - o Plano Anual de Ação, contendo o Plano de Aplicação dos recursos do Fundo, para apreciação e deliberação;

II - os balanços mensais e o balanço anual para aprovação;

III - prestação de contas das receitas e aplicações dos recursos do Fundo;

IV - informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e à avaliação da situação econômico-financeira do Fundo;

V - informações outras requisitadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 19 - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária cobertura de recursos.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Deverão ser adotados procedimentos que agilizem a utilização dos recursos do Fundo, de forma a assegurar o desempenho previsto para o gestor municipal, identificando irregularidades, ilegalidades ou improbidades, bem como promovendo ações corretivas para saná-las e para a responsabilização dos agentes públicos envolvidos.

Parágrafo único - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS adotará as medidas previstas em lei quando perdurarem situações que comprometam o financiamento da Política de Assistência Social.

Art. 21 - Todas as informações referentes ao Fundo Municipal de Assistência Social deverão ser publicadas no Diário Oficial do Município.

Parágrafo único - Todas as resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social somente produzirão efeitos após a devida publicação.

Art. 22 - Esta lei entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.374, de 27 de dezembro de 1994.

Registre-se e publique-se.

Palácio “José Bonifácio”, em 02 de dezembro de 2008.

**JOÃO PAULO TAVARES PAPA
Prefeito Municipal**

Registrada no livro competente.

Departamento de Registro de Atos Oficiais da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, em 02 de dezembro de 2008.

**CLAUDIA REGINA MEHLER DE BARROS
Chefe do Departamento**